



O cotidiano de Vitória nas páginas dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*: práticas, comportamentos e modos de vida (1945-1955)

The daily life in Vitória on the newspapers *A Gazeta* e *A Tribuna*: practices, behaviors and lifestyle (1945-1955)

Alexandre Magno Vieira de Paula
Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Resumo

O principal objetivo deste trabalho foi apresentar a forma como os jornais capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna* noticiavam os acontecimentos, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória (ES) no período de 1945 a 1955. Neste estudo, os jornais, enquanto meios de comunicação mediada, foram considerados em sua importância e capacidade de influência nos processos de transformações sociais. Naquele momento histórico, a cidade de Vitória experimentava uma série de mudanças de ordem econômica e social. É nesse contexto do cotidiano da capital capixaba que os jornais, através dos temas abordados em notícias e artigos, funcionavam como uma espécie de instrumentos normatizadores, visando o controle de práticas, comportamentos e modos de vida considerados inadequados ao conjunto de costumes e valores morais vigentes naquela época na sociedade capixaba. E, para isso, eram também evocadas, nas páginas jornalísticas, campanhas de saneamento urbano (da cidade) e moral (de seus habitantes)

Palavras-chave: história; imprensa; ordem social; Vitória-ES

Abstract

The main purpose of this work was to present the way the *capixaba* newspapers *A Gazeta* and *A Tribuna* used to report the facts, behavior and the daily ways of life in Vitória (ES) from 1945 to 1955. In this study, the newspapers, as means of mediated communication, were considered by their importance and their capacity to influence the social transformation processes. At that historical moment, the city of Vitória experienced several changes. It was in that daily context, within the *capixaba* capital, that both newspapers, through their themes in the news and articles, worked as a kind of ruling instruments by seeking the control of practices, behaviors, and ways of life which were seen as inappropriate to the set of customs and current moral values within the *capixaba* society. To reach their intent, they claimed for the urban (of the city) and moral (of their citizens) sanitation in the journalistic pages.

Keywords: history; press; social order; Vitória-ES

Introdução

O presente artigo foi baseado em pesquisa de análise de conteúdo documental, que utilizou como fontes os jornais capixabas *A Tribuna* e *A Gazeta*; mais especificamente reportagens e artigos destes jornais. O objetivo principal da pesquisa foi analisar a forma



como os principais jornais do Espírito Santo noticiavam e interpretavam acontecimentos, práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória (ES) no período de 1945 a 1955.

Conteúdos de reportagens de jornais foram utilizados como fontes em pesquisas históricas por autores como: Chalhoub (2001), em trabalho sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro no início do século XX; Bretas (1997), ao abordar o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro entre 1907 e 1930; e Fausto (2001), em estudo sobre crime e criminalidade na cidade de São Paulo entre 1880 e 1924. Mas, nos estudos citados, os autores utilizaram os jornais como fontes complementares.

Entretanto, no presente estudo, o jornal foi utilizado como principal fonte de dados e informações sobre uma cidade e os acontecimentos sociais que nela ocorreram em determinado momento histórico. Sendo este instrumento de comunicação – o jornal, aqui considerado, um olhar sobre a cidade, dentre outros possíveis.

Thompson (2011), por exemplo, afirma que os meios de comunicação são muitas vezes tratados às margens das ciências sociais, mas que na verdade deveriam ter considerada sua importância nos processos de transformações sociais.

Nesse sentido, este estudo tem como referencial a teoria social da mídia, desenvolvida por Thompson (2011), em que ele defende a importância e a influência dos meios de comunicação nos processos de transformações sociais. O referido autor considera as instituições da mídia, ao lado das instituições religiosas e das educacionais, como uma das instituições culturais historicamente importantes na acumulação dos meios de informação e de comunicação, constituindo no conjunto o que ele denomina poder simbólico. E a mídia, como uma das instituições com capacidade de produção e transmissão de formas simbólicas, que produz uma nova visibilidade, acaba por se entrelaçar com outras formas de poder. As instituições culturais, com seus meios técnicos e conteúdos simbólicos, podem servir como fontes para o exercício de diferentes formas de poder – econômico, político e/ ou coercitivo.

A presente pesquisa se propõe a um recorte histórico e geográfico para analisar, em determinado período, uma das instituições da mídia – a imprensa, mais precisamente a jornalística.

Sendo que o período escolhido para ser estudado foi de 1945 a 1955, devido a algumas peculiaridades do momento histórico para o Brasil, e especificamente para o Estado do Espírito Santo, sobretudo para a cidade de Vitória.

Em primeiro lugar, porque foi um período democrático entre duas ditaduras que o Brasil enfrentou: a da Era Vargas (do presidente Getúlio Vargas), até 1945, e a do Regime Militar, a partir de 1964. O país passava por um momento de reabertura política e, então, presumidamente, os acontecimentos poderiam ser abordados livremente pelos meios de comunicação, sem controles autoritários.



Em segundo lugar, por ser um momento histórico em que Vitória conhecia uma série de transformações urbanas recentes, ocasionadas pelas mudanças no cenário econômico. São deste período as ferrovias integrando Vitória a cidades do interior do Estado e a Minas Gerais, as obras de melhoria no Porto de Vitória, o aumento das exportações de café, o início das exportações de minério etc., que permitiram desenvolvimento econômico e crescimento populacional com a vinda de migrantes, provenientes principalmente da Bahia e de Minas Gerais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (1947, 1953, 1962), o crescimento populacional de Vitória teve percentuais elevados (106%) entre 1920 e 1940; mantendo-se razoavelmente estável entre 1940 e 1950; depois, acelerando novamente entre 1950 e 1960, com crescimento de 67%. O município de Vila Velha (vizinho à Vitória), nos dez anos entre 1950 e 1960, também teve um alto crescimento populacional de 93%.

Nessa pesquisa, foram utilizadas como fontes as edições dos principais jornais capixabas - *A Gazeta* e *A Tribuna*.¹ Respectivamente, os dados de exemplares do primeiro foram coletados utilizando o acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com páginas das edições microfilmadas. Já os do segundo foram coletados utilizando o acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória, com edições originais encadernadas.

Os jornais eram publicados diariamente, com um número de seis a doze páginas por edição durante o período pesquisado. As seções policiais ocupavam um espaço que variava de um quarto (de 1945 a 1948) a página inteira (de 1949 a 1955), geralmente entre a quinta e a oitava página. Já os artigos e colunas sobre o cotidiano da cidade eram publicados entre a segunda e quarta página. Entretanto, as notícias policiais ou “campanhas saneadoras” com grande potencial de comoção e/ ou envolvimento do público poderiam ganhar a capa, a título de manchete principal.

A amostragem coletada foi de seis meses para cada ano pesquisado, sendo todos os meses contemplados uma vez a cada dois anos. Em cada mês foram coletadas informações de todas as edições diárias disponíveis nos acervos utilizados.

1. Aspectos históricos da imprensa capixaba

Em relação à imprensa brasileira, pode-se dizer que, nos anos 1950, não havia “nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política” (Ribeiro, 2003, p. 156). E, depois dos anos 1950, apesar do discurso de neutralidade dos jornais, o aspecto político-partidário do jornalismo brasileiro jamais desapareceu totalmente. Mídia e

¹ O *corpus* do trabalho faz-se especificamente de reportagens e artigos dos referidos jornais, publicados no período de 01/01/1945 a 31/12/1954. O material foi coletado tanto em reportagens das seções policiais quanto em reportagens especiais, em cartas publicadas em espaços do leitor e em colunas, logo, com pouquíssimos artigos assinados por autores. Por este motivo e mais pela sua vasta quantidade, ele ficará primordialmente identificado por meio dos seus respectivos periódicos de origem, seguido de título (quando houver) e de sua data de publicação.



política estavam entrelaçadas, bem como os investimentos financeiros possivelmente determinavam os conteúdos ideológicos a serem publicados.

Segundo Dias, Britto, Morati, Rangel e Leal (2008), a maior semelhança da imprensa capixaba com a dos grandes centros econômicos do Brasil, entre o final do século XIX e meados do século XX, era a dependência financeira que os jornais tinham com grupos político-partidários.

Na primeira metade do século XX, foram fundados aqueles que viriam a se tornar os dois maiores jornais do Espírito Santo: *A Gazeta*, em 1928 e *A Tribuna*, em 1938. E, entre crises e interrupções, permanecem em circulação até hoje.

No período entre 1940 a 1960, os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* foram controlados por grupos políticos quase sempre concorrentes. As primeiras páginas dos jornais costumavam ser reservadas ao debate político – com cobertura de discursos de políticos na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Vitória e/ ou com reportagens de um jornal/ grupo partidário se contrapondo ao outro, tendo, algumas vezes, como resultado final para o público leitor os confrontos e desencontros de informações políticas.

O trabalho de Silva (1986) sobre as composições político-partidárias no Espírito Santo, por exemplo, auxilia na compreensão da reorganização das forças político-econômicas do Estado e suas transformações no momento de redemocratização do país, a partir de 1945.

Forças que possibilitaram em nosso Estado o surgimento de outros vetores sociais, além das classes agro-fundiárias e mercantis-exportadoras como, por exemplo, as forças constituídas no seio da pequena produção rural e as constituídas das classes populares urbanas em cidades de maior potencial econômico.

Mais precisamente verifica-se que mesmo com o fato de os diversos conjuntos de forças sociais terem se fragmentado com o pluripartidarismo – para que os partidos nacionais pudessem estar representados no Estado, tal fragmentação foi resolvida pelas lideranças regionais com ocupações, recomposições e rearranjos diversificados – gerando situações estranhas como a de aliados políticos históricos ocupando partidos concorrentes ou de rivais políticos ocupando um mesmo partido (Silva, 1986).

Em maio de 1945, em solenidade de fundação do Partido Social Democrático (PSD), o então interventor do Estado Jones dos Santos Neves, proferiu discurso bastante esclarecedor no sentido de se evitar as tendências desagregadoras e os regionalismos, enfatizando a necessidade política de não “retroagir à proliferação desagregadora de partidos regionais” (Silva, 1986, p. 259).

Portanto, a organização política estadual demonstrava que as divergências entre os controladores dos importantes veículos da imprensa capixaba – *A Gazeta* e *A Tribuna* – ficavam restritas às questões partidárias e, principalmente, às disputas pelo poder político e econômico das cidades e do Estado. Assim, como era importante a ocupação dos espaços e partidos políticos, também era importante o controle dos meios de comunicação como o



rádio e o jornal, por questões de visibilidade política e social das lideranças e de seus discursos.

Do que se depreende então das disputas mediadas pelos jornais, pode-se afirmar que elas possuíam viés mais partidário que ideológico, pois não havia muitas diferenças ideológicas entre as principais lideranças políticas e econômicas do Estado.

Apesar de inúmeras publicações com discussões ou provocações políticas entre os dois jornais, portanto, não havia uma diferença substancial entre eles na interpretação dos fenômenos sociais e na idealização de uma cidade a ser construída; quais sejam: crescimento econômico, com desenvolvimento urbano dentro dos preceitos do progresso, da ordem e da moralidade.

2. Imprensa capixaba e as campanhas de saneamento moral

Em geral, Vitória era descrita como uma cidade tranquila, com casas pequenas e alguns prédios modernos, agraciada pela natureza em seus muitos contornos e contrastes visuais entre os morros, as pedras, as matas, as casas e o mar. Contudo, embora o potencial para o turismo fosse muitas vezes considerado devido à beleza natural da ilha, o principal plano das lideranças políticas e econômicas era outro – transformar Vitória em um centro regional – portuário e comercial.

E foi somente com a realização de um conjunto de obras de infraestrutura importantes como a construção da Estrada de Ferro ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, a Estrada de Ferro Vitória a Minas passando por Colatina, a construção da ponte sobre o Rio Doce e as obras de melhoria no porto de Vitória é que a cidade pode experimentar uma fase de razoável crescimento econômico e “ampliar sua centralidade por todo o território espírito-santense” (Campos Júnior, 2005, p. 33).

De modo geral, com algumas exceções, expressando respectivas posições sobre as transformações urbanas pelas quais passava Vitória nas décadas de 1940 e 1950, o conjunto de reportagens e artigos de *A Tribuna* e *A Gazeta* apresentava pontos de interseção que estavam relacionados à expressão do desejo de desenvolvimento urbano dentro dos preceitos do progresso e da ordem. Para isso, eram evocadas em diversos artigos as campanhas de saneamento – físico (da cidade) e moral (de certos habitantes).

Entre as décadas de 1940 e 1950, diversas campanhas de saneamento social foram amplamente elaboradas, divulgadas e propagandeadas pelos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, às vezes em parceria com as autoridades político-administrativas e/ ou policiais, outras vezes para cobrar ações destas mesmas autoridades.

As tais campanhas recebiam denominações diversas a título de saneamento moral, de higiene social etc. Algumas vezes, elas eram direcionadas a temas mais específicos como desordem, vadiagem, malandragem, macumba, presença de moleques nas ruas, atentados à



moral ou falsos mendigos. Importante já apontar que as campanhas de combate aos jogos de azar (baralho, bilhar, dados ou jogo do bicho) estavam entre as mais frequentes, junto àquelas contra práticas que se centralizavam em determinada região ou bairro da cidade, como nos casos das zonas de meretrício.

Desta forma, é possível afirmar que as campanhas saneadoras algumas vezes eram mais genéricas e outras vezes possuíam focos mais bem delimitados: em termos de atividades, como nos casos dos rituais afro-brasileiros e dos jogos de azar; em termos geográficos, devido maior preocupação com o funcionamento de algumas regiões da cidade, que seriam “antros” destes ou daqueles tipos indesejáveis, como, por exemplo, os bairros de Vila Rubim, Ilha do Príncipe e Caratoíra.

Um exemplo de campanha saneadora é encontrado no artigo do jornal *A Tribuna*, intitulado *Campanha de saneamento* (1947, 07 de junho):

Pelas autoridades de nossa *Delegacia de Jogos e Costumes*, foram detidas, por estarem transitando pelas ruas da cidade, fora do horário estabelecido pela Chefatura de Polícia, as seguintes decaídas: (...) ² Assim, procedendo a Delegacia de Costumes, dentro em pouco se moralizará a cidade nesse particular. Necessário se faz também que o castigo exemplar tenham os desordeiros que em chusma, perambulam pelos lugares escusos a cometer toda sorte de desordens (p. 8, grifos meus)

No mesmo mês de julho de 1947, a coluna *Coisas da cidade*, do jornal *A Tribuna*, defende uma campanha de saneamento generalizada tendo como alvos quaisquer indivíduos ou grupos de desordeiros, em artigo intitulado *Saneamento moral* (1947, 19 de junho):

Há certos fenômenos sociais que não são apenas desta Capital e sim de todos os centros urbanos, maiores ou menores, da Metrópole à vila do interior. Aqui e ali, pequenas desordens se registram. *Arruaçeiros vulgares, desordeiros conhecidos, valentões classificados, “meninos bonitos” já bem marcados pelas reservas da própria sociedade*, realizam proezas que têm tido enérgica e decidida repressão. (...) A Chefatura do Espírito Santo (...) não lhes fazemos nenhum fervor (sic) ao reconhecê-lo. Mas isto não nos impede de formular algumas sugestões, que afinal o nosso desejo não é outro senão o mesmo que esses patricios alimentam, *o de tornar Vitória uma Cidade saneada* (p. 3, grifos meus).

A seção *Gazeta Policial* também divulga uma *Campanha saneadora* (1951, 17 de março) empreendida pelas autoridades policiais, com “firme propósito de moralizar os costumes em nossa terra e para isso já tomou as providências cabíveis (...) ronda diária e permanente pela cidade, exigindo dos elementos suspeitos os seus documentos” (p. 8).

² Nas reportagens da época era comum a publicação pelos jornais de nome e endereço completos, idade, estado civil, profissão, procedência, às vezes, referências a nomes de parentes das pessoas envolvidas nos acontecimentos. Entretanto, neste trabalho, apesar da distância temporal dos acontecimentos, por uma questão de preservação da história das pessoas envolvidas, serão omitidos os nomes ou serão publicadas apenas as iniciais.



Algumas vezes, as reportagens de *A Tribuna* e *A Gazeta* demonstravam o foco geográfico das campanhas de saneamento como no caso da reportagem *Guerra à malandragem (na Ilha do Príncipe e na Vila Rubim)* (1949, 28 de julho). A conferir:

Vem mantendo acesa a guerra à malandragem, combatendo, os desocupados que infestam a nossa cidade, mormente os bairros de Vila Rubim e Ilha do Príncipe. Para melhor organização das “batidas” os investigadores foram distribuídos em turmas volantes que percorrem, mormente à noite, os pontos preferidos por aqueles desordeiros, tendo logrado êxito a campanha de vez que vários punquistas e meliantes tem sido ou presos ou afastados para outras cidades (p. 8).

Entretanto, o conceito negativo que recaía sobre alguns bairros, quando possível podia ser contestado, pois eram por demais generalizantes as reportagens que definiam os “antros” ou “redutos” de desordeiros, criminosos ou malandros. Como exemplo, o depoimento do leitor Mario Gurgel (1946, 25 de outubro) publicado em *A Tribuna*, contestando a fama da Ilha do Príncipe como lugar de desordeiros:

Não se sabe como a *Ilha* passou a ser considerada de certa época para cá um lugar de desordeiros, um bairro irrespirável. Não é verdade. A Ilha é um dos bairros mais pobres da cidade. Mas mesmo assim reina sempre ali a ordem e a alegria é constante (p. 2, grifos meus).

Nos casos dos jogos de azar e dos rituais religiosos afro-brasileiros (genericamente denominados macumba), não havia tentativa de localizar geograficamente “o problema”, pois ambas eram práticas mais pulverizadas tanto em termos de classe social como em termos de localização geográfica. Numa das inúmeras campanhas de *A Tribuna*, durante as décadas de 1940 e 1950, o artigo *Campanha contra os jogos de azar* (1948, 03 de agosto) explica os motivos de certa empreitada:

Campanha do Jogo, pelo grande benefício que trás às famílias dos viciados, pois a medida, trará por certo, a tranquilidade dos lares, com a presença amiudadamente dos seus chefes que não perderão fora de suas residências, nem o seu precioso tempo, nem o seu dinheiro, e nem mesmo a maior de suas preciosidades que é saúde, que certamente se perde ante as noites de insônias, a velar um pano verde, com tanto carinho como se fora a comemorar de um grande acontecimento... (p. 8).

Enfim, as campanhas elaboradas e/ou divulgadas eram muitas, criticando, combatendo e buscando controlar as mais diversas práticas, comportamentos e atividades que divergissem dos “costumes” vigentes ou moralmente idealizados, até mesmo namoros que aconteciam nas calçadas, como na proposição de *Uma campanha digna de todos os encômios* (1947, 10 de junho): “A *Polícia dos Costumes*, numa campanha das mais sadias, está combatendo, severamente, os *encontros furtuítidos* (sic) em ruas mal iluminadas, assim como, as reuniões de desocupados em certos trechos da cidade” (p. 8, grifos meus).



3. Práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória e das páginas policiais

As seções policiais dos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, respectivamente: *Polícia e Ruas* e *Gazeta Policial*, eram semelhantes em relação aos temas noticiados. Tais seções também eram semelhantes em relação ao tom sensacionalista e ao caráter opinativo na abordagem dos acontecimentos noticiados.

Os temas noticiados pelas seções policiais eram mais abrangentes do que somente ocorrências policiais e/ ou “casos de polícia”, pois outros acontecimentos do cotidiano da capital, de outras cidades do Estado ou de regiões rurais também eram noticiados nas referidas seções.

A seção *Polícia e Ruas*, de *A Tribuna*, já expressava esta abrangência desde o título; embora de restrito título, a seção *Gazeta Policial* de *A Gazeta* abordasse os mesmos temas. Por outro lado, a delimitação dos temas poderia estar relacionada ao também abrangente trabalho das polícias, que se dava em grande parte nas ruas, mais intensamente ainda o da Rádio Patrulha (RP), a partir do início da década de 1950.

Em uma época em que pessoas eram frequentemente detidas por suspeita ou para averiguações, e que tal feito podia ser noticiado sem problemas para as polícias, as ruas provavelmente eram vistas como terreno de domínio das autoridades policiais. Além disso, a polícia militar exercia outras atividades além das abordagens repressivas, como por exemplo, o socorro a pessoas doentes e/ ou acidentadas.

Também seria possível considerar que os jornalistas que trabalhavam na cobertura das ocorrências policiais tivessem mais intimidade e, mesmo, mais facilidade para cobrir os outros acontecimentos do cotidiano das ruas da cidade.

É digno de nota que a abrangência da atuação policial e a própria natureza das interpretações jornalísticas dos acontecimentos, naquele momento histórico, tornam difíceis diferenciar, em algumas situações, o que seria ou não “caso de polícia”. Exemplos encontrados em notícias – “um casal namorando na calçada” (*A moralidade na Praia do Suá*, 1948, 12 de março, p. 8), “um grupo de rapazes jogando futebol na rua” (*Futebol em plena via pública*, 1949, 23 de janeiro, p. 10) ou “um indivíduo desconhecido caminhando pela rua” (*Combate à malandragem*, 1951, 30 de março, p. 8) – indicam que em quaisquer dessas situações as pessoas estariam sujeitas a sofrer uma abordagem policial e/ ou virar notícia de página policial.

A abrangência dos temas era bem elástica: de roubos e furtos vultosos a calotes e furtos de galinha ou latas de goiabada; de discussões entre vizinhos e familiares a brigas de rua, agressões físicas e homicídios e tentativas; das cantadas de rapazes “indecentes” e namoros em calçadas a casos de abuso sexual e estupro; do socorro a pessoas doentes às recomendadas internações em manicômios; da preocupação com os casos de embriaguez,



desordem, vadiagem e malandragem às prisões por suspeita ou para averiguações; meretrício; macumba; suicídio (e tentativas); das críticas às “peladas” nas ruas ou nas praias às denúncias de casas de jogos de azar ou bancas de jogo do bicho; da preocupação com menores abandonados à solicitação de intervenção policial contra as ações de grupos de moleques nas ruas; do desacato à autoridade aos abusos de autoridade ou denúncias de violência policial; tragédias, acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, atropelamentos por autos, bondes, trem ou bicicletas; de objetos encontrados na rua a queixas contra os serviços públicos precários ou contra os abusos do comércio; das críticas à má conduta de jovens nos teatros e cinemas às solicitações de policiamento etc.

Se considerada a estratégia de venda dos jornais como uma hipótese para a escolha dos temas abordados nas seções policiais e para o crescimento do número de notícias diárias ao longo dos anos, tal fato poderia reforçar o caráter popular dos conteúdos publicados.

Pode-se dizer, então, que as páginas das seções policiais publicavam também notícias de acontecimentos para além dos assuntos policiais; e que noticiavam e opinavam sobre atitudes, comportamentos, práticas e relações sociais diversas a partir de uma interpretação moral e normativa. Desta forma, o viés opinativo dos jornais recaía sobre os comportamentos e práticas considerados inadequados aos valores, (bons) costumes e perspectivas próprias da cidade de Vitória à época. Neste sentido, pode-se afirmar também que os meios de comunicação já funcionavam como instrumentos privilegiados de interpretação e produção de significados sobre os acontecimentos cotidianos.

3.1. Prisões por suspeita ou para averiguações

Sob tal tutela, em seu mês de inauguração, a seção *Gazeta Policial* caprichou no título da notícia e publicou *Pedreiro, ou engraxate?* (1947, 03 de julho), narrando a prisão de um migrante por suspeitas:

Perambulava ontem pelas nossas ruas J.M.B.³ de 22 anos de idade, solteiro, natural do Estado de São Paulo dizendo-se pedreiro e que, procedente da Capital Bandeirante viera mudar de profissão neste Estado, pois pretendia montar aqui uma banca de engraxate. O detetive Raulino desconfiou de suas maneiras e levou-o até à Chefatura, comunicando o fato ao dr. Arnaud e Lima Cabral, que não acreditando no “conto do vigário”, mandou mantê-lo no xadrez para as devidas sindicâncias (p. 8).

Durante as décadas de 1940 e 1950, as prisões por suspeita ou para averiguações eram noticiadas com bastante frequência nas páginas policiais capixabas. Sendo que em 1947, tanto em *A Gazeta* como em *A Tribuna*, o assunto apareceu em maior percentual, representando, respectivamente, 7,7% e 5,5% dos assuntos noticiados.

³ Como informado anteriormente, eram publicados os nomes completos das pessoas envolvidas nas notícias das páginas policiais, mas neste trabalho, para preservar a história das pessoas, serão publicadas apenas as iniciais.



Geralmente, os jornais falavam ou de alguém muito conhecido da polícia, frequentador assíduo das páginas policiais e que era preso por qualquer ato suspeito, ou de um indivíduo “estranho” ou “desconhecido” em Vitória, principalmente vindo de outro estado. Mas, apesar da divulgação de diversas informações pessoais dos envolvidos nas prisões, os motivos das suspeitas na maioria das vezes não eram divulgados.

Segundo a notícia intitulada *Campanha saneadora* (1951, 17 de março), de *A Gazeta*, as autoridades policiais, com o “propósito de moralizar os costumes em nossa terra” (p. 8), decidem realizar “ronda diária e permanente pela cidade, exigindo dos elementos suspeitos os seus documentos” (p. 8).

Em outro caso que foi publicado em *A Gazeta*, com o título *Preso para averiguações* (1947, 05 de julho), por exemplo, vê-se:

Foi preso ontem para averiguações, o indivíduo J.R., de 47 anos de idade, casado, braçal e natural de Sergipe, em vista de haver chegado ao conhecimento da polícia, fatos que está (sic) exigindo explicações. Após as competentes diligências, o dito indivíduo será posto em liberdade (p. 6).

O que chama atenção no conteúdo das notícias sobre prisões e detenções da época, por quaisquer que fossem os motivos, era a despreocupação em relação à preservação da identidade das pessoas envolvidas nos episódios. Pelo contrário, era divulgado o nome completo e, se possível, endereço de residência e\ ou de trabalho, idade, estado civil, profissão, procedência, apelido (se houvesse) e até mesmo nome de parentes.

Entretanto, sobre o assunto, Margotto (2001) lembra um detalhe importante, com tratamento diferente, quando, por exemplo, a reportagem envolvia filhos de família “com um nome a zelar”:

Quando se trata de denúncia sobre alguém ou sobre filhos de alguma família que tinha um nome a zelar, utiliza-se sujeito indeterminado e, em algumas ocasiões, ameaça-se publicar o nome dos envolvidos no caso de persistirem com os costumes que estão sendo condenados. (...) frente a uma algazarra de crianças, o Jornal relata - e ameaça divulgar os nomes - que um grupo de mocinhos bonitos que fazia depredações de toda ordem no Parque Moscoso. (p. 58).

3.2. Embriaguez e desordem

A sequência embriaguez, desordem e detenção também era uma das mais comuns nas páginas policiais, como o caso noticiado em *Cheio da 'cana' fazia sururu* (1947, 05 de agosto), em que é narrada a prisão “o indivíduo A.P., que às 2:30 horas da madrugada estava fazendo desordem na via pública” (p. 6). Como em outro caso intitulado “*Pé de cana*” no “*xilindró*” (1947, 06 de agosto): “Ante-ontem cheio de “cana” estava fazendo confusão (...). Afim de que o ‘movimento’ do alcoolatra não viesse trazer dificuldades à ordem pública, o Comissário



Clou resolveu levá-lo até a 'Galeria do Silêncio', onde o borracho ficou em 'panos quentes'" (p. 6). E na mesma edição de *Gazeta Policial*, outro título sobre o mesmo tema *O escravo de Dona "Branca"* (1947, 06 de agosto):

A.S. não é propriamente ébrio incorregível (sic), mas quando a canela começa a coçar, fica com o "radiador" fumegante, *a aí tem o coitado que beber... beber, se possível até chumbo derretido*. E quando isso acontece, é tempo quente na cidade. Ainda ante-ontem *abarrotoou o "tanque" e fês (sic) um "bacurorú" dos diabos, tendo que se acalmar no "Zeppelin"*. Após as 24 horas de isolamento (sic) voltou a contemplar as belezas da vida, disposto a não mais se escravisar (sic) a dona "branca", que lhe produz energia atômica no cérebro (p. 6, grifos meus).

As notícias sobre casos de embriaguez e desordem, em geral, recebiam um tom humorístico dado à narração dos fatos. E os indivíduos "enquadrados" nos casos de embriaguez eram nomeados pelos jornais com diversas expressões engraçadas: "amigo da uca", "amante de Dona Branca" etc.

Algumas vezes, uma ou outra pessoa com nome nas seções policiais solicitava uma retificação ao jornal, ou por erro na publicação do nome ou explicando algum equívoco na divulgação dos fatos. Nem sempre os jornais concordavam e permitiam ao envolvido o direito de explicação. Mas em alguns casos era possível a publicação pelo jornal, como em *Uma explicação necessária* (1954, 04 de fevereiro), em que há a seguinte retratação: "Em nossa edição de ontem (...) noticiamos ter sido preso por desordem o Sr. N.F.M.. Hoje fomos procurados pelo Sr. N.. Contou-nos a história" (p. 3).

Outros casos caracterizados como desordem aconteciam nos mercados da cidade (Mercado da Vila Rubim e Mercado da Capixaba, no Centro) envolvendo discussões e brigas. Ainda uma terceira situação caracterizada como desordem pelos jornais e pela abordagem policial, eram os casos de "algazarras" com gritarias, xingamentos, cantorias, discussões e brigas que aconteciam nas noites e madrugadas da zona boêmia da Vila Rubim, nos arredores das "pensões alegres" da zona de meretrício de Caratoíra ou em bares de Vitória e cidades vizinhas. Em tais ocasiões, de acordo com a análise do conteúdo das notícias, na maioria das vezes, se envolviam nas ocorrências mulheres que trabalhavam nas "pensões alegres" e homens frequentadores das tais pensões e quase sempre residentes em morros, favelas ou bairros operários de Vitória ou das cidades vizinhas.

Como exemplo, um caso de desordem noticiado *Desordeiras em cana* (1948, 28 de novembro), com a prisão de nove mulheres "decaídas":

na Vila Rubim falamos acerca do grande número de desordeiros e decaídas que transformavam o bairro numa verdadeira algazarra. O Delegado local, sempre enérgico, entrou em investigações mais rigorosas e já vem prendendo um grande número de bagunceiros. (...) Foram presas por desordem as seguintes decaídas (p. 11).



Em relação à regularidade dos locais de prisão e dos locais de residência dos envolvidos em casos de embriaguez e desordem, alguns casos que podem ser encontrados nas divulgações do *Movimento da Rádio Patrulha* (1953, 07 de julho), mostram os seguintes resultados:

PRESOS POR DESORDEM - José de Tal, residente na Av. Santo Antônio, detido em Santo Antônio e conduzido para a Delegacia do 3º D. Policial, M.F.S., residente no Alto de Caratoíra, detido na Pensão da Aurora (...) A.F.C., sem residência, detido na Pensão (...) J.R., residente à rua Brás Rubim, detido em Santo Antônio (...) S.P., residente em Mulembá (...) L.C.N., residente em Vila Rubim, detido no Mercado da Vila Rubim (...) I.J.B., residente em Ilha do Príncipe e A.A.B., residente em Cobi, detidos em Ilha do Príncipe (...) L.P.F., residente à Rua Santa Leopoldina, detido em Caratoíra (...)

DETIDOS POR EMBRIAGUEZ - V.S.S., residente em Jardim América; A.P.C., sem residência; M.M., residente em Jucutuquara; A.S., residente em Paul; A.N., residente em Paul; J.E. e M.G.S., residentes em Mulembá (p. 7).

Assim, desordem era o quinto tema mais noticiado nos jornais, correspondendo a 6,3% das notícias de *A Tribuna*, e a 5,2% de *A Gazeta*. Entretanto, a definição de desordem também não parecia ser fácil de determinar, pois denominava situações tão diversas que seria bastante trabalhoso elencar todas. Tal indefinição, por sua vez, deixava uma margem de discricionariedade considerável para a atuação policial e para as interpretações dos meios de comunicação em relação aos comportamentos e atitudes considerados inadequados ao conjunto de valores sociais e costumes da cidade de Vitória.

3.3. Malandragem e vadiagem

Nesse quesito, diante de uma “batida” na Ilha do Príncipe, as autoridades policiais informaram uma captura intitulada de *Os sete “azes” da malandragem* (1947, 20 de agosto). Em outra reportagem de *Gazeta Policial*, o jornal comemora o sucesso de uma *Batida nos antros da malandragem* (1947, 16 de julho) pois teria “conseguindo arrancar de suas malocas, inúmeros vagabundos (...). As autoridades ficharão todos os indivíduos que estiverem perambulando pela cidade sem profissão definida, seja de gravata ou pé no chão” (p. 6, grifos meus). Nota-se que também as definições de malandragem e vadiagem podem ser abrangentes e incertas. E, assim, nos jornais, os termos eram utilizados indefinidamente entre si.

Segundo Melo (2001), a figura histórica do malandro encontra-se submetida a um tríplice registro imagético:

De um lado, temos a equivalência moral entre vadiagem e ausência de caráter, própria dos registros da produção de capital do início do nosso século; de outro, incide sobre o personagem uma periculosidade ainda maior que a anterior, posto capaz de ocultar seus objetivos, permanecendo alheio à culpabilização da normatividade social (...); e, por último, vemo-nos



frente a uma mescla entre a inscrição identitária de características individuais fixadas na natureza psíquica (pp. 187-188).

Ainda segundo a mesma autora, teria ocorrido no Brasil, como já o havia ocorrido em países europeus, “o advento das *classes perigosas*”, “vinculando o malandro a vadio, vagabundo, capoeira, cáften, prostituta, bicheiro, ladrão, cigano, biscateiro, anarquista, desordeiro... todos, agora, obstacularizadores da cidadania. (...) o malandro recebeu daqueles, em troca, a vinculação à marginalidade quanto ao trabalho, e à periculosidade quanto ao crime” (Melo, 2001, pp. 189-190).

Dentre os registros imagéticos do malandro e, por conseguinte, da malandragem, elencados por Melo, os dois primeiros (vadiagem e periculosidade) traduzem as citações do malandro e da malandragem encontrados nas páginas policiais capixabas nas décadas de 1940 e 50. Os termos malandragem, vadiagem e vagabundagem eram utilizados indefinidamente para designar um mesmo modo de vida. Malandragem era relacionada à marginalidade, à ociosidade ou à periculosidade. O malandro era visto como sinônimo de vadio, ocioso, vagabundo, desordeiro ou até mesmo larápio, como sinônimo de indivíduo perigoso ou criminoso em potencial.

Os malandros como desocupados e fazendo depredações são encontrados na notícia *Desocupados na Vila Rubim* (1952, 02 de setembro), com a seguinte narrativa: “Na manhã de ontem desocupados entenderam de lançar pedras pesadas sobre as casas. (...) Vila Rubim está precisando de um destacamento policial. Os malandros ali estão fazendo estragos, trazendo os moradores em sobressalto” (p. 8).

Já o malandro como criminoso cometendo um roubo com lesões corporais à vítima, aparece na reportagem *Um homem esfaqueado em Paul* (1952, 08 de janeiro), com o subtítulo *A malandragem está imperando na zona fronteira à capital!*. Enquanto que o malandro, como trabalhador desonesto atuando no Cais do Porto de Vitória, aparece na reportagem *A malandragem nos cais* (1947, 11 de maio):

A malandragem nos cais da cidade continua solta, embora estejam as nossas cheias de pedidos de um maior policiamento nestes setores (sic). Ainda ontem, um indivíduo que atende pela alcunha de “João Grande”, foi chamado a fazer carreto, no Mercado da Vila Rubim. Velho malandro, sem a necessária identificação policial, aceitou o serviço que compunha de 2 sacos de laranja de um negociante (...). Colocar os sacos na cabeça e desaparecer na primeira esquina foram cousas fáclimas para o “João Grande” (p. 12).

O maior problema do uso indiferenciado dos termos malandro e malandragem era, portanto, a abrangência de comportamentos, atos e modos de vida que poderiam ser associados, indistintamente, às ideias de ociosidade ou periculosidade. Desde desempregados, trabalhadores informais, mendigos ou sem-teto, a criminosos perigosos, de fato, ou não. Um conceito tão abrangente tornava possível críticas também abrangentes nos



jornais e atuações ainda mais abrangentes das polícias, enquadrando como perigosas situações como a de um indivíduo andando pelas ruas sem documento ou esperando a condução no ponto, casos exemplificados na reclamação publicada por *A Gazeta* intitulada *Combate à malandragem* (1951, 30 de março):

A fim de reclamar contra a inclusão do nome de seu filho R.M. na relação de ontem aqui publicada em “Gazeta Policial”, sob o título que epigrafa esta nota, esteve nesta redação o Sr. M., funcionário da Biblioteca Pública Estadual. Informou-nos o sr. M. que o moço não é malandro. (...) trabalha modestamente no “Lux Hotel”, a cujo serviço estava quando, sem mais nem menos, foi preso.

(...) Na edição de ontem mesmo (...) publicamos a reclamação do Sr. D.A., residente em Jacaraípe, o qual esperava condução para regressar àquela localidade, foi preso por uma agente de polícia (p. 8).

E, curiosamente, o mesmo jornal que enaltecia as campanhas contra a malandragem e a vigilância policial a desconhecidos e desocupados, criticava o excesso das ações da polícia em casos vividos por cidadãos, que depois comprovavam ser trabalhador, afirmando que “ninguém poderá mais andar na rua, visto que, facilmente pode ser levado à prisão como malandro” (idem, p. 8).

3.4. Mendicância

A mendicância, por sua vez, também era referida e discutida com dubiedade: ora considerada uma situação social natural ora vista como uma atividade de exploradores e preguiçosos. Oportunidade de exercitar a caridade, algumas vezes; situação incômoda, noutras; a maior preocupação a que estava relacionada seria o aumento de mendicantes em Vitória, possivelmente decorrente da chegada de migrantes do interior e de outros estados, atraídos pelo desenvolvimento econômico experimentado pela cidade entre as décadas de 40 e 50.

Na coluna *Hoje*, Mesquita Neto escreve o artigo *Mendicância* (1949, 31 de agosto):

Um comerciante da *Ilha do Príncipe* (...) nos informou que *está crescendo o número de mendicantes naquele bairro*. Solicitou-nos o informante a publicação de uma nota a quem de direito no sentido de se fazer cessar a inconveniência de *peditório constante*. Mas não é o rigor da polícia que se requer, para escorraçar os necessitados, a fim de que eles não curtir sua fome e sua desgraça no inferno. Deseja-se uma *providência que socorra os que, efetivamente, precisam e remova ou faça trabalhar os que exploram*, porque a verdade é que *há precisados entre os que exploram e exploradores entre os que necessitam* (p. 1, grifos meus).

Desta forma, a preocupação com o aumento de mendicantes levava a uma discussão sobre quem eram realmente aqueles que apareciam em número cada vez maior pelas ruas de Vitória: verdadeiros mendigos, realmente incapacitados para o trabalho ou falsos mendigos,



preguiçosos, exploradores e/ ou fingidos. E o comerciante citado no artigo pede uma solução: socorro (público) aos realmente necessitados e controle (das autoridades) sobre os que seriam exploradores.

3.5. Meretrício

A partir das reportagens dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, nas décadas de 1940 e 50, depreende-se que as mulheres que trabalhavam na zona de meretrício de Vitória, localizada em Caratoíra, exerciam suas atividades nas famosas “pensões alegres”, algumas destas pensões citadas com frequência nas páginas das seções policiais. As tais mulheres eram denominadas pelos jornais com diversos termos, alguns mais criativos e/ou lisonjeiros como “Madalenas”, “Margaridas” ou “Camélias”, outros mais depreciativos como “decaídas” ou “mulheres de vida fácil”.

As “Margaridas” apareciam nas páginas policiais com bastante frequência, principalmente em notícias sobre embriaguez, desordem, discussões e brigas. A reportagem “*Margaridas em apuros*” (1947, 05 de julho), por exemplo, narra a detenção por desordem de seis mulheres das famosas “pensões alegres” da “Calú” e da “Jaqueira”:

Ante-ontem à noite, inúmeras “Margaridas”, em companhia de alguns marinheiros, foram para o bar “Fla-Flu”, na Vila Rubim, e ali fizeram uma grossa farra. Mais tarde quando o álcool havia subido, começaram a insultar a polícia civil, prejudicando grandemente o sossego público em grossa algazarra. O delegado Ramires que está intensificando naquela zona o policiamento de costumes, compareceu ao referido estabelecimento e levou as desordeiras para o xilindró (...) as quais foram postas em liberdade (p. 6, grifos meus).

A detenção era uma constante na vida dessas mulheres, por motivos diversos, alguns inesperados, como na reportagem *Uma colegial diferente...* (1948, 13 de março):

A decaída M.L. que sabe costurar, resolvera, com outras companheiras, confeccionar vestidos do tipo do uniforme usado por um dos colégios desta Capital e, assim, sem mais aquela, faz o vestido e... meteu-se nele. Tendo-se mudado a contragosto da casa onde residia, foi por uma companheira denunciada à Polícia e, como, consequência, presa e recolhida a uma das celas da Chefatura de Polícia onde se encontra já noutra “toilette” (p. 8, grifos meus).

O combate à zona de meretrício emergia constantemente em artigos de jornais, talvez, e principalmente, pelo fato de Caratoíra ser um bairro bem localizado: não muito longe do Centro de Vitória e próximo ao Mercado da Vila Rubim e a bairros operários como Santo Antônio. Em artigo intitulado *O meretrício desmascarado* (1948, 26 de novembro), o jornal enfatiza que o meretrício e as casas de tolerância eram proibidos pelo Código Penal Brasileiro, e que na realidade a fiscalização às práticas era minimizada pelas autoridades:



Mas na realidade *este nefasto comércio é quase sempre permitido embora a polícia e a saúde pública tentem regulamentá-lo*. Numa cidade como Vitória, por exemplo, existem mais de 200 prostitutas fichadas na polícia e na saúde pública, sem contar as clandestinas que operam em número desconhecido, mas provavelmente superior às fichadas. Entre 70 e 80% destas mulheres são portadoras de doenças venéreas, transmitindo-as constantemente à população masculina da cidade. (...) *É puro engano pensar-se que estabelecendo uma certa zona para o meretrício será melhor do que proibi-lo de todo como pede o código penal*. Quais são os fatos com relação à zona do meretrício? (p. 3, grifos meus).

E o autor responde à pergunta ao final da citação criticando uma zona específica para o meretrício, pois tal não resolveria o problema, já que, independente disso, as prostitutas se espalhariam pelos bairros e surgiriam novas prostitutas, além de que o aumento das doenças seria inevitável.

Na reportagem intitulada *Próximo ao aeroporto, a “Cidade das Camélias”*, o jornalista Ramos de Oliveira (1951, 03 de julho) informa sobre o polêmico projeto de lei a determinar uma nova região para a zona de meretrício, e que esta, na opinião da “maioria”, deveria ser em local que não tivesse efeito contraproducente à força de trabalho da população operária:

qual o bairro onde se levantará a “Cidade das Camélias”? Uns tem como certo as proximidades do bairro de Santo Antônio; mas outros assim não entendem, visto como é grande a população operária daquele setor, o que, de certo modo, poderia resultar em medida contraproducente. (...) Mais provável a zona suburbana da cidade além da Ponte da Passagem, nas proximidades do aeroporto de Goiabeiras (p. 8).

3.6. Atos indecentes e faltas morais

No artigo *Casas suspeitas de portas abertas, em pleno coração da cidade* (1945, 04 de julho), o autor demonstra ser difícil dizer claramente o que gostaria de dizer sem sujar as páginas do jornal:

Já compreenderam os nossos leitores que queremos falar dos “núcleos obscuros”, onde a descência (sic) não entra e que, em nossa cidade, *estão localizados na parte central*, bem ali pertinho da Praça Oito de Setembro. A Rua Duque de Caxias, parece-nos, nasceu para ser ponto estratégico destes locais. *Antigamente, no seu começo, era localizado o “cortizo” da cidade*. Alguém houve por bem transferi-lo para outro local. E hoje, o que se vê...No entanto, *porque a ereção desses antros, onde se localiza uma parte mais suja ainda que o próprio meretrício? Aí é onde vão os “casaizinhos” escondidos para suas entrevistas amorosas*. Urge uma medida à suspensão de tais “casas suspeitas” (p. 2, grifos meus).

Não era das “pensões alegres” ou da zona de meretrício que o autor, depois de dar muitas voltas, queria falar, mas de estabelecimentos destinados ao encontro de casais – uma



espécie de motel da época. E que o autor tornou a lembrar no dia seguinte, exigindo atitude por parte das autoridades.

Os termos “atos indecentes” e “faltas morais” eram encontrados nas páginas dos jornais e eram avaliados de acordo com os costumes e valores da sociedade de Vitória, à época. Os incômodos com tais comportamentos encontravam espaço para manifestação nos jornais em reportagens, artigos ou mesmo em cartas e reclamações de leitores.

Com a manchete *Um “mocinho bonito” que precisa de ser olhado pela polícia* (1945, 12 de agosto), a seção *Polícia e Ruas*, publica uma queixa de um senhor incomodado com as paqueras que sua filha vinha recebendo de um rapaz:

A queixa de um mocinho que se classifica de “bonito” e que tem como atuação, mexer com as filhas dos outros. É seu “esporte” predileto. Ainda ontem, saindo com uma das filhas, a mesma foi “mimoseada” com ditinhos que ele, pai não gostou. Pede-nos o queixoso uma vista de olhos de nossa polícia de costumes para esses elementos (p. 8, grifos meus).

Os namoros de “Romeus” e “Julietas” nas ruas, calçadas e praias da cidade também eram motivo de preocupação moral, sendo inclusive solicitado policiamento pelo jornal, conforme o *Alerta a polícia em Jucutuquara* (1948, 05 de março), em que há elogio ao “policiamento do Distrito de Jucutuquara” que “não tem se descuidado nas observações para evitar as cenas dos ‘Romeus’ e ‘Julietas’, que preferem as imediações das praias” (p. 8).

Na seção *Espelho da Cidade*, de *A Gazeta*, o colunista adverte aos casais de “Romeus” e “Julietas”, para que “sejam menos afoitos e mais previdentes. Quando o pessoal não estiver olhando troquem os seus beijos, mas de forma que não sejam vistos!...” (Santos, 1950, 18 de novembro, p. 8).

Indivíduos de fora, que não respeitavam os costumes da cidade, também eram motivo de preocupação para os jornais. Em carta do repórter-amador João da Silva (1946, 14 de abril), publicada pelo jornal *A Tribuna*, um exemplo do incômodo com os “forasteiros”:

uma cena, que não deixa de ser desagradável. Três indivíduos, corpulentos, parecendo ser de bordo, estavam sem camisas, e de calções de banho, pouco recomendáveis (semi-nus), passeando pela nossa principal artéria, como quem estivesse num balneário. (...) O certo é que estes indivíduos, continuaram a caminhar pela avenida, com o maior cinismo, pouco ligando às senhoras ou senhoritas, que passavam por ali, e tão pouco as famílias que moram nas imediações. (...) então será Vitória uma cidade civilizada? A polícia precisa ser mais enérgica com certos forasteiros (p. 6).

3.7. Os jogos de azar

Os referidos jornais capixabas, durante as décadas de 1940 e 1950, tratavam os jogos de azar também com bastante rigor. Os diversos tipos de jogos (baralho, bilhar, dados etc.) costumeiramente praticados com apostas em dinheiro, tornavam-se alvos a serem



combatidos. Os jogos de cartas ou baralho eram os mais noticiados e, conseqüentemente, os mais criticados.

E o motivo de combate ao jogo de azar seria o de que “tornou-se um perigo social”, assim como “o jogo do bicho e outros cancrs semelhantes”, de acordo com os subtítulos da reportagem *Será iniciada rigorosa campanha contra os jogos de azar...* (1945, 17 de janeiro, p. 8).

Há poucos dias foram levados à Chefatura, vários *elementos estranhos*, que aqui vieram com o propósito de acender a chama desse vício tão abominável. (...) É desejo de nossa polícia, limpar esta cidade, não só do conhecido jogo do bicho, como também do tal “*pif-paf*”⁴, que vem assumindo proporções gigantescas em nossa sociedade. É um verdadeiro coqueluche! (...) *vem contaminando a nossa mocidade* (...) pois em Vitória, ele já saiu do terreno do esporte, para o profissionalismo, e *muitos indivíduos estão vivendo a custa dessa nova adaptação* (idem, grifos meus).

O jogo do bicho também era considerado de maneira depreciativa, pois, mais que uma prática, era vista como uma atividade comercial ilegal, ilusória e viciosa a ser combatida. Em uma crônica sobre a Vila Rubim, o jogo do bicho é até mesmo utilizado pelo jornalista como metáfora para explicar a miséria social:

O bicho não poderia faltar (...) está presente por todos os cinco lados, cercado do primeiro ao quinto. (...) *que não faz mais cerimônia com a polícia, que anda no bolsinho de todos os cambistas*. O bicho da infelicidade que mora no coração e no estômago de toda aquela gente pobre, de todos aqueles carregadores e de todos aqueles doentes que procuram na “Cariacica” um lenitivo e um desaforo (Martercor, 1948, 20 de junho, p. 1, grifos meus).

As notícias sobre jogos de azar, principalmente sobre jogos de baralho, eram sempre relacionadas à atuação policial – fosse para registrar uma “batida” policial, ou para denunciar, solicitar ou mesmo cobrar a repressão policial em locais onde o jogo estava sendo praticado à vontade ou para a proposição de campanhas no combate aos jogos de azar.

O jornal *A Tribuna* era bem mais enfático no combate aos jogos de azar. Durante o período pesquisado foram encontrados no referido 115 notícias e artigos combatendo a prática do jogo; contra 56 notícias e artigos em *A Gazeta*.

O jogo era alçado pelos meios de comunicação capixabas, principalmente pelo jornal *A Tribuna*, como um dos principais inimigos sociais a ser combatido, pois considerado uma prática viciosa, pertinente a “profissionais” mal intencionados e causa da infelicidade das famílias. O jogo deixaria indivíduos iludidos à mercê da esperteza de profissionais que lhes tomariam as suadas economias destinadas ao sustento familiar. E *A Tribuna* explica o motivo pelo qual da posição em *Combater o jogo é prestar relevante serviço à humanidade* (1945, 07 de fevereiro):

⁴ Pif-paf: espécie de jogo de baralho.



No propósito de prestarmos melhor cooperação a nossa polícia, temos denunciados fatos que representam grandes benefícios à coletividade espírito-santense. O jogo é uma verdadeira perlição (sic); é um assunto que deve merecer especial atenção das nossas autoridades, quando fora do casino, explorados clandestinamente como se verifica em pontos desta cidade. Por aí existem alguns *antros que são verdadeiras arapucas. Os profissionais se reúnem com o fim exclusivo de assaltar a bolsa dos infelizes que, iludidos vão ter a essas casas.* Vitória, embora pequena, ainda possui (sic) um regular número de indivíduos que vivem exclusivamente do jogo. Bem no centro comercial, existe uma dessas cavernas, que clamam por uma visita policial. (...) Podemos dizer, que *o jogo preferido é o pif-paf*, e que trata-se de uma casa anti-higienicamente instalada, sem luz, água corrente, ar etc., *que oferece um sério perigo à saúde pública assim como a carteira do cidadão honesto.* (p. 8, grifos meus).

A campanha de *A Tribuna* contra a prática do jogo era bem repetitiva, pois, somente no mês de setembro de 1945, o tema foi abordado pelo menos quinze vezes. Havia ainda, naquele momento, a preocupação em preparar a cidade para receber visitantes católicos de diversos estados do Brasil, devido à realização do Congresso Eucarístico em Vitória. E uma das justificativas era a de que as casas de jogo não “ficariam bem” para os que prezam a decência, como indica a notícia *Nada do jogo acabar* (1945, 14 de setembro):

Com esta, perfaz o número de 12, as crônicas que temos feito no sentido de mostrar às nossas autoridades, a necessidade do fechamento imediato das casas de taboagem na cidade. (...) Aproxima-se o Congresso Eucarístico e não sabemos como será para os que se prezam de amar a decência. (...) A má impressão de que em Vitória, em quase todas as esquinas existe uma casa de jogo e que este, em todos os bairros é franqueado pela nossa Polícia. Nossa Polícia deve ser contra o jogo, pois as mais altas autoridades o são. Portanto, que se acabe de uma vez por todas com a praga mais vil da sociedade (p. 2, grifos meus).

Em outra manchete, de 23 de setembro de 1945, *A Tribuna*, com ironia, insistia no tema *E o jogo continua... XX* (1945, 23 de setembro), denunciando inclusive que a imprensa vinha fazendo a sua parte, mas que a polícia não estaria agindo com rigor:

E a praga do pano verde continua assolando todas as paragens do Estado do Espírito Santo apesar do combate que vimos fazendo, como sanitaristas que veem (sic) próximo um mal custoso a ser debelado. Não é por falta da imprensa que essa anormalidade tem curso em nosso Estado, pois nossa missão de vigilância está sendo cumprida à risca. (...) e Clubes de vida social já firmados há por todos os lados, não só da ilha mas de todo o território espírito-santense funcionando abertamente às vistas de nossa Polícia (p. 8, grifos meus).

E pela persistência, com seguidas reportagens e artigos sobre o assunto, o jornal *A Tribuna* demonstrava o poder de influência e pressão dos meios de comunicação, comemorando a vitória (mal sabiam ser temporária e/ ou ilusória) da campanha de combate ao jogo, com o título *Terminou o jogo!...* (1945, 25 de setembro):



Felizmente, hoje temos uma notícia sensacional para todos os capixabas (sic) amantes dos bons costumes. *Terminou o jogo em Vitória*, graças a uma sábia medida tomada pelo sr. Interventor Santos Neves, que assim, escreve a sua mais bonita página em prol da consolidação do bom nome que sempre soube ter o povo do Espírito Santo. Com o extermínio da mais negra das peçonhas que enlutava o cenário dantes sem mácula das terras capichabas (...) A TRIBUNA, com sua campanha, ao nobre homem que nos dirige, a hoje se acha de parabéns e envia sua mensagem de agradecimentos (p. 8, grifos meus).

A “vitória” contra o jogo, entretanto, durou pouco, e diversos artigos foram publicados nas semanas seguintes, sempre apontando um ou outro local em que o jogo ainda seria praticado. Isso, tanto que, em 1948, *A Tribuna* alia-se novamente à Polícia Civil no combate ao jogo. E a nova campanha contra o jogo tem uma sequência de quatorze artigos sobre o assunto, dentre eles um intitulado *Guerra ao jogo* (1948, 20 de julho), com manchete em letras garrafais.

A Gazeta também se pronunciava no combate contra o jogo. E no artigo *O jogo*, Wilson Maranguape (1949, 13 de março) critica a hipocrisia de policiais e autoridades públicas que também jogariam, além de criticar a ineficácia das leis e da fiscalização no combate à prática. E conclui de forma irônica:

Paremos com o jogo, amigos. Tudo enoja. Ele não se acaba como pensamos. *A polícia, as autoridades públicas também jogam. Decreto-lei e xadrez não resolvem.* Antônio Torres sugeriu certa vez que o melhor seria o Governo que considera o jogo com repulsa por ser vício – baixar um decreto dizendo não ser mais vício, e o explorasse em seguida. Não vejo outra saída (p. 10, grifos meus).

O combate aos jogos de azar fora um dos temas mais explorados nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* durante as décadas de 40 e 50, nono e sexto lugar, respectivamente. Mesmo sendo o jogo de azar elencado na Lei das Contravenções Penais como prática proibida; ainda restariam algumas interrogações sobre o porquê de as campanhas de combate ao jogo terem alcançado tamanha importância naquela época.

Alguns dos motivos do combate aos jogos de azar, explícitos nas próprias reportagens ou artigos: as consequências negativas para a convivência familiar e para o controle financeiro, uma vez que chefes de família passariam noites nas mesas de jogo, longe da família e expondo seus salários ao resultado das apostas; indivíduos que viviam do jogo, sem a necessidade de trabalho formal; trabalhadores que perdiam noites em frente ao “pano verde”, podendo tornar-se menos produtivos no trabalho. Portanto, tais motivos, dentre outros, trariam consequências contrárias aos valores, costumes e instituições importantes para parte da sociedade, não só de Vitória, mas do Brasil: no caso ali proposto, à família e ao trabalho dignificante.



3.8. Rituais religiosos afro-brasileiros

Os rituais religiosos afro-brasileiros já eram todos denominados indistintamente como macumba quando noticiados, sendo a seção policial o lugar que lhes era reservado nos jornais. Mais que isso, o termo macumba sempre vinha acompanhado do termo polícia. Nas reportagens e artigos, ou os rituais de macumba eram vítimas de uma “batida” policial ou eram denunciados pelos jornais, como prática a ser fiscalizada e combatida pelas autoridades policiais, de preferência com uma “batida”.

Um exemplo da ação da polícia contra a macumba noticiada nos jornais é o título *Dona Clotilde e sua macumba pararam no xilindró* (1945, 25 de agosto):

Um despacho (sic) de há muito esperado pelos moradores da Ilha do Príncipe e imediações. (...) a Polícia distrital, em colaboração com a Polícia central, efetuou uma segura batida naquele local, conseguindo apanhar, em pleno dia, funcionando como uma casa de diversões, com todos os seus direitos, uma verdadeira macumba, onde os Pais de Santos, Irmãos Xangôs e todos os integrantes da linha de Umbanda estavam presentes. (...) a “Dona do Terreiro” e mais 25 pessoas devotas da Magia Negra, foram parar no xadrez de nossa Polícia Civil (...) Foi um “Deus nos acuda”, entre os “amadores” dos “passes”, “cateretês” e outros utensílios usuais em tais “cerimônias”. (...) Dizem até que tinha “gente boa”, que conseguiu fugir... na “hora H” (p. 8, grifos meus).

Em outro exemplo, Francisco B. A. Vidigal (1949, 10 de setembro) publica, em *A Gazeta*, uma sequência de cartas-artigos com fortes e preconceituosas críticas a esses rituais religiosos, dentre elas a 7ª *Carta de Macumba*:

A série de cartas que estou escrevendo, vem dando muita dor de cabeça aos frequentadores dos “saudosos retiros” onde, escandalosamente, processam-se os rituais a Xangô e Exú, duas divindades exóticas, criadas na imaginação da gente supersticiosa, que, por isso mesmo, é facilmente dominada por alguns espertalhões. Em pleno século das maravilhas da ciência, é dolorosa e até certo ridículo, a romaria sinistra (...) à procura dos perigosos antros onde, a maior parte das vezes, uma imagem do Nazareno está em franca promiscuidade com garrafas de aguardente, azeite e farinha de mandioca, para o preparo dos celeberrimos despachos no afanoso expediente dos mestres das negregadas emboscadas sob o olhar sinistro do “Chefe”. E assim vai aos poucos, avolumando-se entre nós, o culto aos deuses criados sob espécie de mitologia selvagem que, muito se contrapõe aos passos avançados da civilização cristã (p. 3, grifos meus).

3.9. Menores e moleques

De modo geral, os menores pobres eram vistos como um problema social incômodo a ser resolvido pelas autoridades governamentais, mesmo com medidas mais severas,



conforme proposta do artigo *Vigilância, atividade, repressão* (1947, 23 de setembro), na coluna *Fatos da Cidade*:

Vigiando-se com cuidado e esmero (...) aplicarmos tal princípio no que se refere aos menores e aos mendicantes. *A cidade está verdadeiramente infestada de menores abandonados que surgem, de quando em vez, quais nuvens de verdadeiros gafanhotos morais.* Não causando uma série de atividades pecaminosas e que necessitam de correção imediata. A maioria dos que por aí existem, faltam com o respeito aos transeuntes, entram pelos bares às carreiras e aos gritos, insultam, reúnem-se aos marinhaeiros estrangeiros que aqui aportam, pedindo esmolas, dando *uma nota tristíssima de nossa incapacidade moral.* (...) Há uma necessidade premente de agir. *E agir com severidade e vontade* (p. 4, grifos meus).

Os meios de comunicação abordavam a infância e a juventude sob três situações principais: os menores abandonados e que precisavam ser acolhidos pelo Estado; os jovens/moleques nas ruas, expostos aos riscos e vícios morais; e os jovens/ moleques envolvidos em ações ilegais.

As ocorrências policiais com participação de menores tornavam-se cada vez mais comuns nas seções policiais, como no caso de alguns moleques com várias passagens pela polícia e pelos jornais.

As sucessivas manchetes também transformaram os integrantes da “Quadrilha Mirim” em personagens dos mais conhecidos nas páginas policiais capixabas na década de 1940. Exemplos de manchetes em *A Gazeta*: “Gibi” e “Cabeção” novamente em cena, de 11 de setembro de 1947; *Quadrilha de menores em ação*, de 18 de agosto de 1949 etc. Manchetes em *A Tribuna*: *Mais uma proesa da quadrilha “Mirim”*, de 23 de outubro de 1947; *Em ação a Quadrilha-Mirim*, duas reportagens publicadas em 06 de março e 01 de abril de 1948.

Considerações finais

Algumas reportagens ou artigos publicados nos jornais capixabas, nas décadas de 1940 e 1950, podem provocar indignação, estranheza ou humor para os que avaliam seus conteúdos com os olhos do presente e do progresso. O cuidado se faz necessário, pois isso não anula as possibilidades de análise proveniente de tais sentimentos. E dentre as análises possíveis – uma sugere que os fragmentos textuais dos jornais, em seu conjunto, possam funcionar como uma espécie de documentário com imagens, movimentos, diálogos e expressões de acontecimentos de uma cidade.

Não haveria, desse modo, necessidade de categorizações históricas para se deixar envolver nas tramas narradas e tentar compreendê-las. Por isso, a proposta de uma apresentação fragmentada, mas organizada dos assuntos – aliás, uma fragmentação típica das notícias e dos jornais. Assim, este estudo aponta que, ao narrar fragmentos do cotidiano



da cidade de Vitória, nos anos 40 e 50, os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* puderam de certa forma determinar o ritmo, extensão e o tom de acontecimentos, enfatizando ou omitindo partes, e sugerindo “soluções”.

Ao analisar o cenário urbano de grandes transformações no Rio de Janeiro, no início do século XX, por exemplo, Bretas (1997) sugere que “a percepção de um problema urbano pode resultar na sua criminalização” (p. 62), e, então, o controle e repressão a delitos de ordem pública se davam através das ações policiais, pois fazia parte das tarefas da polícia “lidar com os medos da elite” (idem). Entretanto, também haveria “outras formas de controle destas práticas”, além das ações policiais (idem). E os meios de comunicação poderiam ser considerados como uma dessas outras formas possíveis de controle sobre práticas, comportamentos e modos de vida considerados inadequados ao conjunto de costumes e valores morais de uma cidade.

Pode-se considerar, portanto, que os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, nas décadas de 40 e 50, funcionavam como espécie de instrumentos normatizadores do cotidiano da cidade de Vitória, resguardando os preceitos de ordem, progresso e moralidade tão repetidos em suas páginas, principalmente nas seções policiais.

A reserva aos valores morais servia como base de crítica aos atos ou faltas consideradas indecentes ou viciosas como a prática do jogo, o meretrício ou a realização de rituais afro-brasileiros. Já o ideal do trabalho dignificante (e assalariado) funcionava como crivo no combate a todos os comportamentos, atividades e modos de vida considerados improdutivos ou contraproducentes como embriaguez, malandragem, falsa mendicância, vida boêmia, prática de jogos etc.

Sendo assim, os rituais afro-brasileiros eram sempre noticiados nos jornais como casos de polícia; os jogos de azar, como coisa de desocupados; o jogo e a vida boêmia eram considerados fatores contraproducentes ao dia a dia dos trabalhadores; falsa mendicância, malandragem, vadiagem e embriaguez eram modos de vida improdutivos; menores e/ ou moleques nas ruas era motivo de preocupação com o futuro da sociedade; atos de desordem e loucura eram incômodos à rotina ordenada da cidade; “desconhecidos”, “forasteiros” e “suspeitos” eram vistos como potencialmente “perigosos” a uma ordem estabelecida.

Na ânsia de se construir uma cidade em que predominassem, ou mesmo reinassem, as imagens da civilidade, do progresso, da ordem e da moral, procurava-se combater, no plano do discurso (também jornalístico) e no plano do controle repressivo (da denúncia ou da abordagem policial), comportamentos, modos de vida e quaisquer outros vestígios indesejáveis. A disseminação, consciente ou não, de ideias como as de desordem ou perigo social autorizaria o controle normativo do cotidiano da cidade.

As lideranças políticas e econômicas desejavam e os jornais propagandeavam o progresso urbano e a ordem social para Vitória, e melhor sem a presença dos cenários e personagens indesejáveis. Mas, apesar de todos os esforços e de todas as repetições, os



suspeitos, vadios, malandros, “desconhecidos”, “amigos da uca”, marinheiros, moleques, boêmios, desordeiros, “decaídas”, “Madalenas”, “irmãos de Xangô” ou “mães de Santos”, viciados, “julietas” e “romeus” e jogadores não cessaram de aparecer, pela cidade e nas páginas dos jornais. Pois as possibilidades de ordem urbana e moral, senão em aparência ou em sonhos autoritários, não seriam alcançáveis. Isso, até mesmo porque não desejadas por todos e nem da mesma forma.

Haja vista, apesar de todos os esforços, o desejo expresso nos jornais pela padronização dos espaços urbanos, pela elaboração de um cenário “ordenado” e civilizado para Vitória, a despeito da vontade de parte da população, não fora bastante para afastar do centro urbano, os cenários indesejáveis representados por alguns bairros como Vila Rubim e Ilha do Príncipe, que permanecem até hoje com suas peculiaridades.

Fontes primárias

A malandragem nos Cais (1947, 11 de maio). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 12.

A moralidade na Praia do Suá (1948, 12 de março). *A Tribuna*, Tribuna do Povo, p. 8.

Alerta a polícia em Jucutuquara (1948, 05 de março). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Batida nos antros da malandragem (1947, 16 de julho). *A Gazeta*, Gazeta Policial, p. 6.

Campanha contra os jogos de azar (1948, 03 de agosto). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Campanha de saneamento (1947, 07 de junho). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Campanha saneadora (1951, 17 de março). *A Gazeta*, Gazeta policial, p. 8.

Casas Suspeitas de portas abertas, em pleno coração da cidade (1945, 04 de julho). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 2.

Cheio de “cana” fazia sururu (1947, 05 de agosto). *A Gazeta*, Gazeta Policial, p. 6.

Combate à malandragem (1951, 30 de março). *A Gazeta*, Gazeta Policial, p. 8.

Combater o jogo é prestar relevante serviço à humanidade (1945, 07 de fevereiro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Desocupados na Vila Rubim (1952, 02 de setembro). *A Gazeta*, Gazeta Policial, p. 8.

Desordeiras em cana (1948, 28 de novembro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 11.

Dona Clotilde e sua macumba pararam no xilindró (1945, 25 de agosto). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.



- E o jogo continua... XX (1945, 23 de setembro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.
- Futebol em plena via pública (1949, 23 de janeiro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 10.
- Guerra à malandragem (na Ilha do Príncipe e na Vila Rubim) (1949, 28 de julho). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 8.
- Guerra ao jogo (1948, 20 de julho). *A Tribuna*, 2.279, p. 1.
- Gurgel, M. (1946, 25 de outubro). “Ilha do Príncipe onde reinam a miséria e a fome [depoimento]. *A Tribuna*, 2.776, p. 2.
- Maranguape, W. (1949, 13 de março). O jogo. *A Gazeta*, 5.416, p. 10.
- “Margaridas” em apuros (1947, 05 de julho). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 6.
- Martercor (1948, 20 de junho). Vila Rubim – Singapura capixaba. *A Gazeta*, 5.505, p. 1.
- Movimento da Rádio Patrulha (1953, 07 de julho). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 7.
- Nada do jogo acabar (1945, 14 de setembro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 2.
- Neto, M. (1949, 31 de agosto). Mendicância. *A Gazeta*, Coluna Hoje, p. 1.
- O escravo de Dona “Branca” (1947, 06 de agosto). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, página 6.
- Oliveira, R. (1951, 03 de julho). Próximo ao aeroporto, a “Cidade das Camélias”. *A Gazeta*, p. 8.
- O meretrício desmascarado (1948, 26 de novembro). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 3.
- Os sete azes da malandragem (1947, 20 de agosto). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 6.
- “Pé de cana” no “xilindró” (1947, 06 de agosto). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 6.
- Pedreiro, ou engraxate? (1947, 03 de julho). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 8.
- Preso para averiguações (1947, 05 de julho). *A Gazeta*, *Gazeta Policial*, p. 6.
- Saneamento moral (1947, 19 de junho). *A Tribuna*, Coisas da cidade, p. 3.
- Santos, D. (1950, 18 de novembro). Vamos namorar.... *A Gazeta*, Espelho da cidade, p. 8.
- Será iniciada rigorosa campanha contra os jogos de azar... (1945, 17 de janeiro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.
- Silva, J. (1946, 14 de abril). Mais policiamento na Avenida Capichaba [carta]. *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 6.
- Terminou o jogo!... (1945, 25 de setembro). *A Tribuna*, O Povo Reclama, p. 8.



Um “mocinho bonito” que precisa de ser olhado pela polícia (1945, 12 de agosto). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Um homem esfaqueado em Paul (1952, 08 de janeiro). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Uma campanha digna de todos os encômios (1947, 10 de junho). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Uma colegial diferente... (1948, 13 de março). *A Tribuna*, Polícia e Ruas, p. 8.

Uma explicação necessária (1954, 04 de fevereiro). *A Gazeta*, Gazeta Policial, p. 3.

Vidigal, F. B. A. (1949, 10 de setembro). 7ª Carta de Macumba. *A Gazeta*, 5.562, p. 3.

Vigilância, atividade, repressão (1947, 23 de setembro). *A Tribuna*, Fatos da cidade, p. 4.

Referências

Bretas, M. L. (1997). *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco.

Campos Júnior, C. T. (2005). *A história da construção e das transformações da cidade*. Vitória: Cultural-ES.

Chalhoub, S. (2001). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (2a ed.). Campinas, SP: Unicamp.

Dias, A., Britto, C., Morati, E., Rangel, F. & Leal, G. (2008). Imprensa e política nos governos de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro. Em *Quase 200: a imprensa na história capixaba* (pp. 103-119). Vitória: DIO.

Fausto, B. (2001). *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (2a ed.). São Paulo: Edusp.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1947). *Anuário estatístico do Brasil: 1946*. Rio de Janeiro: Autor.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1953). *Anuário estatístico do Brasil: 1952*. Rio de Janeiro: Autor.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (1962). *Anuário estatístico do Brasil: 1962*. Rio de Janeiro: Autor.

Margotto, L. R. (2001). As transformações do espaço urbano sob o olhar da imprensa: a chegada dos forasteiros e do progresso à cidade de Vitória (ES, 1940-1960). Em *Revista de História da UFES*, 13, 51-59.



Melo, A. P. J. (2001). Ensaio para uma genealogia da suspeição nacional: capoeiras, malandros e bandidos. Em Jacó-Vilela, A. M. Cerezzo, A. C. & Rodrigues, H. B. C. (Org.s). *Clio-Psychê hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 179-204). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Ribeiro, A. P. G. (2003). Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, 31, 147-160.

Silva, M. Z. (1986). *Espírito Santo: Estado, interesses e poder* (Volume I). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Thompson, J. B. (2011). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nota sobre o autor

Alexandre Magno Vieira de Paula é mestre em Psicologia Institucional, linha: Processos Educacionais, História e Cidadania, pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Atua como psicólogo na Justiça Federal do Espírito Santo desde 2003. E-mail: alxmagno@gmail.com

Data de recebimento: 05/12/2016

Data de aceite: 07/05/2018